

**SUBJETIVIDADE & TRABALHO:
Elementos para pensar a subjetividade no/do cooperativismo¹**

Eliana Perez Gonçalves de Moura²

RESUMO: Referindo-me as formas cooperativas de organização da produção, no presente artigo, procuro refletir sobre as possibilidades do cooperativismo, enquanto nível territorial da práxis política, operar como agenciamento coletivo, gerando novas singularidades, e promovendo uma atividade do sujeito que provoque rupturas não apenas na organização da produção material mas, principalmente, rupturas na lógica “capitalística” de produção subjetiva. Em um projeto de Incubadoras de Cooperativas, enquanto prática institucionalizada de fomento a ações de economia solidária, os objetivos de auto-organização deverão estar acompanhados pelos objetivos institucionalistas de auto-análise e autogestão de grupos espontâneos. Desta forma, contemplando tais objetivos, o cooperativismo emerge como processo de intervenção psicossocial, com condições de promover uma efetiva ação de transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Produção de subjetividade; relações de trabalho; trabalho cooperativo.

1. Introdução

Um projeto de Incubadora de Cooperativas materializa-se como um objeto fundamentalmente interdisciplinar na medida em que implica convocar diversos saberes a fim de, efetivamente, responder aos imensos desafios que se impõem. Desde saberes mais técnicos, provenientes das áreas das Ciências da Administração e Contábeis, passando pelas áreas das Ciências Jurídicas e Sociais até aos saberes provenientes das áreas

¹ Texto baseado nas aulas ministradas em 05 de junho e 04 de julho de 2000, respectivamente, na 1ª e 2ª edição do curso de Capacitação para Estágio na Incubadora de Cooperativas, organizado e promovido pelo Núcleo UCPEl, da rede UNITRABALHO.

² Psicóloga, Mestre em Psicologia Social e Personalidade; Doutoranda em Educação-PUCRS; Docente da Escola de Psicologia-UCPEl; Integrante do Núcleo UCPEl, da Rede UNITRABALHO..

das Ciências Humanas e da Saúde, todos contribuem, cada um a seu modo, para viabilizar um empreendimento de tamanha envergadura e, principalmente, de inestimável valor social.

Portanto, impõe-se a necessidade de favorecer interlocuções entre os diversos saberes envolvidos, permitindo falar algumas das diversas vozes inscritas no complexo feixe de dimensões que constituem este objeto, fugindo à armadilha da simples justaposição de disciplinas.

Visto que tais dimensões permitem uma multiplicidade de enfoques, neste artigo, longe de pretender discorrer sobre todos os possíveis, ou mesmo identifica-los plenamente, inclino-me a apresentar algumas reflexões e a estabelecer algumas relações que considero importantes. Desta forma, proponho-me refletir sobre as relações entre subjetividade, trabalho e cooperativismo estabelecendo, assim, um recorte temático arbitrário que visa apenas contribuir à discussão.

Visto que o tema especializa a visão da subjetividade desde os contextos do mundo do trabalho, torna-se conveniente proceder, de início, à um esclarecimento terminológico já que falar em constituição de subjetividade implica em perspectivas teóricas distintas.

Cabe, ainda, salientar que este trabalho resulta de reflexões e diálogos que venho estabelecendo com diferentes autores, ao longo de minha trajetória de estudos; dentre os quais destaco: Félix Guattari, Gilles Deleuze, Suely Rolnik, Michel Foucault e, em especial, Christophe Dejours.

2. Produção de Subjetividade

Em seu sentido mais geral, subjetividade, diz respeito a tudo aquilo que está localizado no sujeito humano, por contraste às condições externas de sua existência, que precedem a entrada do sujeito individual no mundo. É pela via da posição do sujeito no mundo sensível que a sua subjetividade se constitui. Subjetividade mostra-se, portanto, fundamentalmente tributária do social, inscrevendo-se na ordem de sua produção, como fabricação e modelização (Rolnik, 1993; Guattari & Rolnik, 1986).

Subjetividade refere-se a um componente articulado e, ao mesmo tempo, articulatório do mundo social, cultural e político que lateja no sujeito individual, revelando que o mundo está no sujeito e que este (o

sujeito individual) opera como seu suporte (do mundo). Esta perspectiva implica em conceber a subjetividade como constituída por determinações que provêm de diversas estruturas, uma vez que o sujeito individual é, ao mesmo tempo, um organismo biológico, um sujeito falante e desejante, um agente de práticas econômicas, culturais e simbólicas, etc.

Demarcar uma tal noção de subjetividade implica renunciar totalmente à idéia de que os fenômenos sociais são resultantes de um simples somatório de subjetividades individuais. Ao contrário, é a subjetividade individual que resulta de um entrecruzamento de determinações coletivas de várias espécies, sendo que um fato subjetivo é engendrado por um agenciamento de níveis semióticos heterogêneos. O sujeito individual, portanto, não pode ser a origem das relações sociais, na medida em que toda experiência humana depende de precisas condições discursivas de possibilidade. O social e o sujeito do social se constituem, pois, no terreno das possibilidades. (Fonseca, 1995)

Subjetividade significa, pois, produção no registro do social, relação direta com a contingência sócio-histórica que afeta o indivíduo. Quer queira ou não o sujeito individual está ligado aos fluxos sociais, materiais e dos signos que o circundam, atravessam-no e constituem-no. O sujeito individual está no mundo e o mundo está no sujeito individual. O indivíduo aparece, então, como suporte para o consumo da subjetividade. Esta, por sua vez, não é passível de centralização e totalização no sujeito individual. O que importa aqui ressaltar é que são os fluxos sociais, materiais e semióticos, ou seja, conjuntos complexos de forças que, em interação permanente, chegam à produção de um ser subjetivo. Assumida e vivida pelos sujeitos individuais em suas existências particulares, a subjetividade é essencialmente social, implicando no reconhecimento de uma economia de agenciamentos coletivos de enunciação (Moura, 1992).

Sendo o sujeito individual resultado e efeito de enunciados, e não a sua causa, dissolve-se a noção de indivíduo desde suas premissas mais elementares: autonomia, totalidade, unidade, indivisibilidade, produzindo-se o desencantamento da imagem construída de homem único, livre e autônomo sobre o qual pesam as noções de erro e culpabilidade interiorizada. Abala-se a crença do ato individual, e ilustra-se a individualidade como uma ilusão que lhe foi confiada pelo capital simbólico/cultural no qual o sujeito individual está inserido (Ortiz, 1983). Contudo,

tal ilusão é ainda muito convincente e se mostra capaz de fazer cada sujeito individual operar como se fosse o realizador autônomo do destino social.

É, portanto, no terreno da micropolítica, que se engendra a maior força de sustentação da ordem social, tanto ao nível dos opressores quanto dos oprimidos, evidenciando-se que a produção de subjetividade pode ser considerada mais importante do que qualquer outro tipo de produção, por inculcar nos sujeitos individuais, para além de representações ideológicas, a auto-regulação de seu próprio modo de pensar, ver, sentir e agir, manifestando-se como naturalização do arbitrário, alimentando-lhe a ilusão de centralidade de sua própria existência, vontade, razão e consciência.

3. O Sujeito do Trabalho

Relacionar tais posições ao conceito de trabalho, parece implicar doravante em mero deslizamento. Se a ordem capitalista é projetada na realidade do mundo, ela o é igualmente na realidade psíquica. Ela (a ordem capitalista) incide na modelização das instâncias intra-subjetivas, produzindo os modos de relações humanas, os modos como se trabalha, os modos como se ensina e como se é ensinado, os modos como se fala, como se pensa, como se comporta, como se ama, enfim.

A ordem capitalista fabrica a relação do homem com o mundo e do homem consigo mesmo. Possuindo um sistema semiótico, o capitalismo pode ser definido enquanto função geral de semiotização de um modo de produção, de circulação e de distribuição de sentidos e significados (Guattari & Rolnik, 1986; Moura, 1992). Para além de produtos, bens e serviços, o capitalismo produz sujeitos, dentre os quais o sujeito do trabalho.

Enquanto sistema de sujeição social, o capitalismo implica, paradoxalmente, nas noções de igualitarismo e humanismo. Tais noções não negam nem a diferença substancial entre aquilo que o capitalista possui e o que o trabalhador possui, nem negam a desigualdade da troca entre uma porção de vida do trabalhador por uma soma de dinheiro, e não negam, por conseguinte, o conteúdo das respectivas liberdades: por um lado, a liberdade de empreender e, por outro lado, a liberdade de submeter

seu tempo, seus gestos, sua saúde, sua vida e sua morte. (Fonseca, 1995) Não obstante, no capitalismo, tais diferenças não são consideradas relevantes já que o que importa é o efeito ilusório contido nas noções de igualitarismo e humanismo.

Desde que as manufaturas se desenvolveram, solicitando cada vez mais trabalhadores livres, nada parece mais perigoso ao capital do que deixar os trabalhadores agregarem-se. Tal agregação é percebida como ameaça ao devotamento ao trabalho, podendo levar à insurreição. Além disso, da perspectiva do capital, a reprodução dos esforços e da docilidade da força de trabalho necessita estender-se a âmbitos externos à fábrica, alocando-se em equipamentos coletivos de enunciação adequados a essa tarefa (Silva, 1992/1993). É assim que família e escola comparecem prontas a atender aos apelos do capital.

A produção do sujeito do trabalho implica, portanto, de um lado, no assujeitamento aos dispositivos educacionais, jurídicos, sanitários, e de outro implica, na constituição de uma subjetividade “livre” que culmina com a noção ilusionista de sujeito originário, alimentador da crença de reconhecer-se para nada além de sua liberdade subjetiva. A sujeição consentida como relação inerente ao capitalismo apoderou-se de todos os domínios da sociedade: do assujeitamento às máquinas técnicas que permitem a extração da mais valia, ao assujeitamento aos equipamentos coletivos de enunciação que garantem o funcionamento contínuo do circuito de valorização. Em todos os níveis, o assujeitamento remete à independência de um sujeito, quer seja trabalhador livre, quer seja cidadão responsável. (Fonseca, 1995)

Percebe-se nesta dinâmica, que a base essencial para o funcionamento da máquina capitalista sustenta-se na noção de indivíduo, regido pela razão e pela consciência. Desde sua lógica e prática, o capital implica a subordinação do ato micropolítico, dizendo respeito às formas de agregação e homogeneização das multiplicidades e das diferenças (Guattari & Rolnik, 1986).

4. O Sujeito do Trabalho e o Cooperativismo

Contudo, como não há sujeito totalizado e pleno, estando sua existência inscrita nas possibilidades de sua incompletude e de suas

fissuras, não se fazendo possível a uma captura total, há que se reconhecer um outro nível territorial da práxis política. O nível dos corpúsculos e moléculas que não obedecem às leis estatísticas e unificadoras, no qual formiga, como que em subterrâneos, algo incansável, que aparece aqui e ali como alternância ao instituído. Algo que fermenta nas lacunas da linguagem e da consciência, algo que reclama pela expansão da vida e não se conforma em apenas representá-la como “um dever ser” (Foucault, 1979).

Desta forma, circulam as tensões permanentes entre a tendência à dispersão, geradora das singularidades, de um lado, e as tendências às totalizações que procuram capturar e se apropriar das minúsculas diferenças, coagulando o processo em identidades e representações fixas.

Na minha opinião, neste ponto se situa a possibilidade do cooperativismo constituir-se no *locus* privilegiado de geração de novas singularidades, promovendo uma atividade do sujeito que provoque rupturas não apenas na organização da produção material, como também e principalmente, na lógica da produção subjetiva. Na medida em que a condição para essa ruptura implica múltiplos pontos de luta, luta cotidiana e contínua, incorporada à vida, o cooperativismo emerge, então, como possibilidade de materialização destes múltiplos campos de vida e de luta.

Entretanto, para tal, a dimensão do coletivo, impõe-se como condição primordial, o que implica um cooperativismo operando, enquanto nível territorial da práxis política, como um agenciamento (equipamento) coletivo de enunciação “ao avesso”. Ou, em outras palavras: um cooperativismo que, enquanto ato micropolítico, saiba respeitar e favorecer as multiplicidades e as diferenças, cuidando para não capturar e se apropriar das minúsculas diferenças, coagulando o processo em identidades e representações fixas. Mas, na prática, o quê isto significa?

Atualmente dispomos de conhecimentos mais aprofundados com respeito ao sofrimento humano no trabalho, graças a uma corrente de estudos e pesquisas francesa, inspirada pela emergência de uma nova disciplina conhecida como Psicodinâmica do Trabalho. Nesta, a compreensão dos modos de subjetivação provém dos estudos produzidos no campo da saúde mental e trabalho e fornece preciosas informações que podem servir de base para que pensemos uma práxis micropolítica no cooperativismo que seja favorável, ao mesmo tempo, aos interesses da

saúde e da produção.

Conforme a Psicodinâmica do Trabalho nos ensina, o sofrimento humano no trabalho articula dados relativos à história singular e dados relativos à situação atual, sendo totalmente atravessado pela dimensão social do trabalho. Desde logo, convém sublinhar que as relações entre sofrimento e trabalho não caminham sempre no sentido da doença, da descompensação psíquica. O trabalho pode também ser fonte de prazer e mesmo mediador de saúde (Dejours, 1993)

Analisando como os trabalhadores enfrentam mentalmente a situação de trabalho, Dejours et al (1994) demonstra que a normalidade aparece como um equilíbrio psíquico precário amparado na construção de estratégias defensivas elaboradas, coletivamente, pelos trabalhadores. Foi possível assim à Psicodinâmica, mostrar que as pressões do trabalho colocavam particularmente em causa o equilíbrio psíquico e a saúde mental, em função da organização do trabalho³.

Assim, o trabalho como instância de caráter social, dá origem a fenômenos também de caráter coletivo no nível micropolítico, ao mesmo tempo que interage com a subjetividade. Essas interações se fazem diretamente ou mediadas pela intersubjetividade e pela subcultura, geradas no coletivo de trabalho (Silva, 1994). Assim, o objeto definido pela Psicodinâmica do Trabalho é a análise dinâmica dos processos psíquicos mobilizados pelo confronto do sujeito individual com a realidade do trabalho. Dejours esclarece:

“dinâmica significa que a investigação toma como centro de gravidade os conflitos que surgem do encontro entre um sujeito, portador de uma história singular pré-existente, e uma situação de trabalho cujas características são, em grande parte, fixadas de forma independente da vontade do sujeito, por conta das prescrições emanadas pela lógica da administração e organização da produção. Isto implica dizer que, em se tratando do trabalho, a subjetividade individual já constituída será exposta, num período ulterior, à realidade social e técnica do trabalho. O que significa que, por um lado, o sujeito (individual) corre o risco de não ser o mesmo que era antes do início do conflito, e que,

³ Por organização do trabalho Dejours entende, de uma parte, a divisão das tarefas (chegando à definição do modo operatório) que atinge diretamente a questão do interesse e do tédio no trabalho; e de outra parte, a divisão dos homens (hierarquia, comando, submissão) que atinge diretamente as relações que os trabalhadores estabelecem entre si, no próprio local de trabalho.

por outro lado, a realidade do trabalho corre o risco de ser transformada sob o efeito de uma suplementação de subjetividade (1993, p. 168)

Na análise da constituição do sofrimento mental no trabalho, a Psicodinâmica do Trabalho têm estudado as vinculações entre sofrimento e a organização do trabalho, examinando as dinâmicas pelas quais, por um lado, os trabalhadores constroem sistemas coletivos de defesa (que podem-se transformar em ideologia defensiva) e/ou de compromisso ético (denominada pelo grupo francês, “coletivo de regra”) - instâncias diferenciadas entre si, nos locais de trabalho; além das formas de exploração⁴ do sofrimento mental e das próprias defesas psicológicas individuais e coletivas por parte da lógica da administração e organização da produção, com vistas a intensificação da produção e em detrimento dos interesses de saúde mental e física.

Sem dúvidas, os estudos desenvolvidos pela Psicodinâmica do Trabalho, contribuem para a melhor compreensão dos processos que conduzem, entre outras, à alienação, uma das vias que a subjetividade sufocada poderá assumir a partir do sofrimento e da integração no coletivo defensivo.

A partir da localização do drama do sofrimento psíquico no trabalho, o qual para Dejours (1997), se localiza na negação ao reconhecimento de uma discordância irreduzível entre organização do trabalho prescrita e organização do trabalho real, configurando um sofrimento do tipo patogênico, a Psicodinâmica do Trabalho passa a analisar as possibilidades de se efetivar um movimento que se desloque do sofrimento do tipo patogênico ao sofrimento do tipo criativo.

É assim que, por meio da pesquisa-intervenção em Psicodinâmica do Trabalho, evidenciam-se algumas condições. Em primeiro lugar deve-se proceder à reconstituição de um espaço de palavra – a discussão coletiva – no qual emergirá uma inteligibilidade dos comportamentos. Segundo Dejours (1999), é graças ao espaço de palavra que surgem conhecimentos sobre o trabalho real, que até então estavam parcialmente ocultos pelo sofrimento e pelas defesas contra o sofrimento⁵.

⁴ De acordo com Dejours, as formas de exploração certamente se diferenciam de acordo com determinantes contextuais do trabalho.

⁵ Esse sofrimento diz respeito ao risco moral da fraude, defesa contra esse sofrimento através do segredo.

Assim, tão logo é constituído, esse espaço de palavra modifica sensivelmente as condutas individuais e as relações cotidianas de trabalho. Estando restabelecida a palavra sobre o trabalho, é também a palavra comum que ressurgue nas diversas circunstâncias da vida prática no trabalho.

Uma condição para a recondução desse espaço de palavra se revela então essencial: a transparência, isto é, a visibilidade do trabalho efetuado por cada trabalhador, o acesso aos outros de todas as seqüências de trabalho efetuadas por cada um. (*ibdem*) Parece que é preciso, às vezes, até ultrapassar a transparência, ir até um “exibicionismo”; isto é, até a demonstração pública de sua maneira de trabalhar, de forma que os colegas possam ver e conhecer cada companheiro.

Tanto a construção de relações de confiança entre trabalhadores como a recondução de um espaço de palavra dependem da transparência e da exteriorização das maneiras de fazer. A discussão contraditória pode então substituir o conflito, enquanto as arbitragens, as escolhas e as decisões comuns se tornam “administráveis” coletivamente. Se o espaço dessa discussão é ameaçado, a solidariedade pode vir em socorro. Essencialmente mobilizada pela adversidade, ela completa a confiança indissociável da iniciativa e da criatividade. Confiança e solidariedade são os dois instrumentos respectivamente ofensivo e defensivo do coletivo, e mesmo da comunidade de pertencimento (Dejours et al, 1994).

O espaço de palavra não é necessário apenas para as arbitragens, ele é o lugar onde se desenrola o processo de reconhecimento e da filiação (precisamente oposta ao individualismo). A diversidade, a personalização, a singularização dos modos operatórios, dos *savoir-faire* e das habilidades individuais podem ser discutidas aí, legitimadas e reconhecidas. Esse reconhecimento mútuo está na base da filiação e da construção do coletivo de trabalho.

Esta série de termos sucessivos: espaço de palavra, inteligibilidade, transparência, visibilidade, exteriorização, confiança, solidariedade, reconhecimento, faz aparecer nas relações de trabalho uma dimensão diversa da técnica. Dejours et al (1994) indaga: “qual a relação que existe entre os elementos constitutivos dessa dimensão não-técnica, de um lado, e os processos psíquicos sofrimento criativo e sofrimento patogênico, de outro lado?” Segundo ele, a resposta não é

óbvia. A confiança passa freqüentemente por um sentimento. Isso significa uma entidade relevante da Psicologia. Mas Dejours et al (ibidem) considera que a confiança não se deriva do campo da Psicologia ou da Psicodinâmica. Ela pertence, antes, ao domínio da ética, mais precisamente, da ética das relações de trabalho.

Levando em consideração a heterogeneidade essencial entre o ético e o psíquico, Dejours (1999) coloca a seguinte hipótese: “os componentes éticos constituiriam as condições necessárias (mas não suficientes) para que se pudessem estabelecer as relações intersubjetivas tomadas agora no seu sentido dinâmico” (p. 170). Às relações intersubjetivas seriam destinadas a função de construir as defesas coletivas contra o sofrimento e dar ao sofrimento sua significação: patogênico ou criativo. Assim, a produção, revela-se inteiramente atravessada por usos não apenas técnicos mas éticos e psíquicos. De maneira que a transformação do sofrimento em iniciativa e em mobilização criativa depende fundamentalmente do uso da palavra e de um espaço de discussão onde perplexidades e opiniões são públicas⁶.

Entretanto, esse espaço público necessário não exclui que os trabalhadores e a gerência necessitem de escalas e da organização prescrita do trabalho. Se para trabalhar, os trabalhadores têm que colocá-los em discussão num determinado ponto, nenhum deles pede sua supressão. É que o exercício da palavra no espaço público supõe uma referência comum, formada precisamente pela organização do trabalho prescrita. E as contestações surgidas aqui e ali não são nem antilegalistas nem delinquentes. Para resumir esse enfoque do sofrimento criativo, seria possível dizer que a transformação do sofrimento em criatividade passa por um espaço público no trabalho. Em troca, cada vez que o espaço público tender a se fechar, a criatividade estará ameaçada e, por consequência, a saúde.

O olhar da Psicodinâmica do Trabalho sobre o sofrimento humano no trabalho conduz a conferir um lugar fundamental ao espaço público. De acordo com Dejours (1993):

“a partir do momento em que esse é constituído ou reconstituído, fica-se estupefato diante da emergência de condutas completamente con-

⁶ Dejours convencionou considerar esse espaço como um espaço público, mesmo se tratando de um espaço público interior à empresa ou ao grupo.

trárias ao individualismo e à negligência tão repetidamente denunciadas nas organizações: engajamento apaixonado, senso de responsabilidade, mobilização da criatividade investem-se novamente no trabalho.” (p. 171)

Convém assinalar que a construção do espaço público de circulação da palavra mobiliza e garante a responsabilidade e as qualidades individuais dos trabalhadores porque se oferece, para o sujeito, como um teatro de luta para negociar seu sofrimento e conquistar sua identidade, através do trabalho. Disto resulta um prazer que pode jogar em favor do equilíbrio psíquico e da saúde mental.

5. Considerações Finais

Segundo Foucault (apud Santos, 1992), verdades e valores são relativos à épocas e culturas, instituídas por relações de dominação/subordinação, que constantemente se inscrevem nas identidades de raça, de gênero, de sexo, de religião, etc. e que são, constantemente, superadas ou transformadas.

O sujeito de identidades é constituído por disciplinas e regimes de verdades específicos, ligados aos vários campos da existência, os quais engendram, historicamente, uma arte do corpo, fazendo das relações de poder as predominantes na definição dessas identidades, configurando seus modos de subjetivação. Para que isso se concretize, a sociedade cria um *substratum* institucional que funciona como uma espécie de matriz original, a partir da qual se materializam as ações e relações de poder.

Na idéia que demarca a constituição desses sujeitos subjetivados, cabe interrogarmo-nos sobre o modelo de matriz subjacente em uma proposta de Incubadoras de Cooperativas? Ou seja, quais os modelos de relações de poder-saber que ali poderão ser engendrados?

Sem dúvidas, na minha opinião, o cooperativismo - entendido como uma nova forma de organização do trabalho, representa, do ponto de vista dos interesses da saúde mental, uma auspiciosa oportunidade de (re)construção de sujeitos individuais mais saudáveis, criativos e produtivos.

No entanto, não devemos acreditar que uma simples denominação terá o poder de materializar ações e relações imediatamente democráticas

e participativas. Dever-se-á estar atentos às práticas cotidianas a fim de se construir e garantir as condições, apontadas por Dejours (1993), como necessárias ao deslocamento de um sofrimento patogênico para um sofrimento criativo no trabalho. Ou seja, construir e garantir, no interior do cooperativismo, espaços de palavra; de inteligibilidade dos comportamentos; de visibilidade; exteriorização; confiança; reconhecimento e solidariedade. Ou ainda, segundo as palavras do próprio Dejours (*ibidem*), oferecer condições para “transformar o sofrimento em criatividade”.

Sem dúvidas, este é um grande desafio a ser enfrentado por todos aqueles comprometidos com o projeto de transformação social.

ABSTRACT: This paper is concerning to new produce cooperatives ways and aim to reflect about the cooperative possibilities, while field of political practice, to work like collective agency, providing news subjectivities and to promoting a subjective action to be able to broke not only on the material production organization but on the capitalistic logical of the subjective production. In a Cooperative Incubator Project , while institutioned practice of incitement to solidarity economic actions, the auto-organization objective must be to accompany by institutionalities objectives (such as the auto-analysis and auto-manage of the spontaneous groups). This way, the cooperative appear like a psychosocial intervention process to be able to promote a effective social transformation action.

KEY-WORDS: subjective production; labour relations; work cooperative

6. Referências Bibliográficas

Dejours, Christophe (1993). “Uma Nova Visão do Sofrimento Humano nas Organizações” In: Chanlat, Jean-François (coord) *O Indivíduo na Organização*. São Paulo, Atlas, 2ª ed, vol. I, (p.149-173).

Dejours, C.; Abdoucheli, E. & Jayet, C. (1994). *Psicodinâmica do Trabalho*. São Paulo, Atlas.

Dejours, Christophe (1997). *O Fator Humano*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

_____. (1999). *A Banalização da Injustiça Social*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas.

- Fonseca**, Tânia Mara Galli (1995). "Contribuição à Mesa Redonda Trabalho e Subjetividade." *Rev. Educação, Subjetividade e Poder*. Porto Alegre, Nº 2, vol. 2, p. 18-21, abril
- Foucault**, Michel. (1979). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal.
- Guattari**, Félix & **Rolnik**, Suely (1986) *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, Vozes, 2ª ed.
- Moura**, Antônio (1992) "A Política do Sujeito." *In: Anuário do Laboratório de Subjetividade e Política*. Ano I, v. 1 – Dez/91 a 92, UFF.
- Ortiz**, Renato (org). *Pierre Boudieu*. São Paulo, Ática, 1983
- Rolnik**, Suely (1993). *Cartografia Sentimental/Transformações Políticas do Desejo*. São Paulo, Estação Liberdade.
- Santos**, José Vicente Tavares dos (1996). "MICHEL FOUCAULT: um pensador das redes de poderes e das lutas sociais." *Rev. Educação, Subjetividade e Poder*. Porto Alegre, nº 3, vol. 3, p. 07-16, jan/jun.
- Silva**, Tomás Tadeu da (1992). *O Que Produz E O Que Reproduz em Educação*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- ___ . (org) (1993). *Teoria Educacional Crítica em Tempos Pós- Modernos*. Porto Alegre, Artes Médicas.
- Silva**, Edith Seligmann (1994). *Desgaste Mental no Trabalho Dominado*. São Paulo, Cortez Editora/UFRJ Editora.

